



SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAODINÁRIA (VIRTUAL) DE 16/03/2021

ORDEM DO DIA

PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Encaminhamento da votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

MARCELO RAMOS (PL - AM) - Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP) - Questão de ordem sobre a incompatibilidade temática do conteúdo do art. 5º do parecer apresentado pelo Relator da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

LEO DE BRITO (PT - AC) - Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

LEDA SADALA (AVANTE - AP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente



aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

DANILO FORTE (PSDB - CE) - Convite aos Parlamentares para o ato de lançamento da Frente Parlamentar de Energia Renovável. Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

ALICE PORTUGAL (PCDOB - BA) - Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

DANILO FORTE (PSDB - CE) - Agravamento da Covid-19 no Estado do Ceará. Manifesto dos Médicos de Fortaleza-CE em prol do Brasil. Colapso do sistema de saúde no Estado provocado pela doença viral. Não investigação de denúncias de desvio de recursos federais destinados ao combate ao coronavírus no Ceará. Clamor do povo brasileiro por vacinação contra a Covid-19.

ACÁCIO FAVACHO (PROS - AP) - Emissão de parecer às Emendas de Plenário de nºs 1, 2, 3 e 4, apresentadas à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Consulta ao Relator Acácio Favacho sobre a retirada do art. 4º-B do parecer oferecido à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de



energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

ARTHUR LIRA (PRESIDENTE) (PP - AL) - Indeferimento da questão de ordem do Deputado Alexis Fonteyne sobre a incompatibilidade temática do conteúdo do art. 5º do parecer apresentado pelo Relator da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

CORONEL TADEU (PSL - SP) - Encaminhamento da votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Protesto contra a decretação de *lockdown* pelo Governador do Estado de São Paulo, João Doria. Falta de leitos de UTI para os pacientes de Covid-19 na rede hospitalar paulista.

LEO DE BRITO (PT - AC) - Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

HILDO ROCHA (MDB - MA) - Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

DANILO FORTE (PSDB - CE) - Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.



VINICIUS CARVALHO (REPUBLICANOS - SP) - Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

MARCELO RAMOS (PL - AM) - Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP) - Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

ACÁCIO FAVACHO (PROS - AP) - Agradecimento à bancada federal amapaense e aos Líderes partidários pelo apoio à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.



LEDA SADALA (AVANTE - AP) - Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP) - Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

PERPÉTUA ALMEIDA (PCDOB - AC) - Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

JANDIRA FEGHALI (PCDOB - RJ) - Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de



energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

CAPITÃO ALBERTO NETO (REPUBLICANOS - AM) - Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Agradecimento ao ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, pelo apoio concedido ao Estado do Amazonas no combate à epidemia de coronavírus. Votos de sucesso ao novo Titular da Pasta, Marcelo Queiroga.

FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Questão de ordem sobre a incompatibilidade temática do art. 4º-B da Lei nº 12.111, de 2009, na redação dada pelo art. 5º da subemenda substitutiva apresentada à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

CORONEL TADEU (PSL - SP) - Encaminhamento da votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Protesto contra a decretação de *lockdown* pelo Governador do Estado de São Paulo, João Doria.

LEO DE BRITO (PT - AC) - Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Repúdio à ação da Polícia Militar contra servidores da Secretaria Municipal de Zeladoria do Município de Rio Branco, Estado do Acre. Repúdio às práticas autoritárias reinantes no País.

GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira



e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Agradecimento ao ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, pela contribuição dada ao País no combate à epidemia de coronavírus. Votos de boas-vindas ao novo Titular da Pasta, Marcelo Queiroga.

CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP) - Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

ACÁCIO FAVACHO (PROS - AP) - Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

JOSÉ NELTO (PODE - GO) - Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

EDUARDO BISMARCK (PDT - CE) - Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Falta de oxigênio no sistema de saúde do Município de Pacajus, Estado do Ceará. Necessidade de apoio do Ministério da Saúde à municipalidade.

IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Apoio à questão de ordem formulada pela Deputada Fernanda Melchionna sobre a incompatibilidade temática do art. 4º-B da Lei nº 12.111, de 2009, na redação dada pelo art. 5º da



subemenda substitutiva apresentada à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Pedido ao Relator da matéria para retirada do citado dispositivo.

OTONI DE PAULA (PSC - RJ) - Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Aplausos à Subprocuradora da República, Lindôra Araújo, pela apresentação de recurso contra a anulação, pelo Supremo Tribunal Federal, das condenações impostas ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava-Jato.

PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP) - Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

PERPÉTUA ALMEIDA (PCDOB - AC) - Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

CELSO SABINO (PSDB - PA) - Presença do Senador Davi Alcolumbre no plenário. Apoio à aprovação da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de



calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Defesa de redução das tarifas de energia elétrica no Estado do Pará.

HILDO ROCHA (MDB - MA) - Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

ENRICO MISASI (PV - SP) - Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

JANDIRA FEGHALI (PCDOB - RJ) - Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao não atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Inexistência de motivos para agradecimento ao Ministro da Saúde, por ações de combate à Covid-19 realizadas nos Estados da Região Norte. Defesa da abertura de CPI para investigação das responsabilidades pela falta de oxigênio no sistema de saúde da Região.

HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelo caos sanitário reinante no País.

CELSO SABINO (PSDB - PA) - Encaminhamento da votação do requerimento de preferência para votação do texto original da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia



elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Encaminhamento da votação do requerimento de preferência para votação do texto original da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

AIRTON FALEIRO (PT - PA) - Agradecimento por mensagens recebidas ao ensejo do transcurso do 62º aniversário natalício do orador. Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para votação do texto original da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

ELIAS VAZ (PSB - GO) - Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para votação do texto original da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para votação do texto original da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Defesa do tratamento precoce da Covid-19.

HILDO ROCHA (MDB - MA) - Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para votação do texto original da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Acerto da indicação do médico Marcelo Queiroga para o cargo de Ministro da Saúde.

OTONI DE PAULA (PSC - RJ) - Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para votação do texto original da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá



abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Associação ao discurso do Deputado Giovani Cherini em defesa do tratamento precoce da Covid-19.

VIVI REIS (PSOL - PA) - Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para votação do texto original da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Protesto contra a exclusão do Estado do Pará da redução de tarifas de energia elétrica pela Medida Provisória nº 998, de 2020. Demissão de eletricitários durante a epidemia de coronavírus.

PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para votação do texto original da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para votação do texto original da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

PERPÉTUA ALMEIDA (PCDOB - AC) - Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para votação do texto original da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Repúdio ao auxílio emergencial de 150 reais proposto pelo Governo Jair Bolsonaro.

JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para votação do texto original da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

JANDIRA FEGHALI (PCDOB - RJ) - Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para votação do texto original da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.



HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de preferência para votação do texto original da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Retomada, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de propagandas em defesa do uso de hidroxicloroquina e ivermectina no tratamento da Covid-19. Solidariedade aos familiares do 2º Sargento do Exército brasileiro, Silvio Kammer, falecido em decorrência do coronavírus.

FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Mista à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002, ressaltados os destaques.

CORONEL TADEU (PSL - SP) - Defesa de aprovação da Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

EDUARDO CURY (PSDB - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 5º da Subemenda Substitutiva Global, apresentada à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Contestação ao pronunciamento do Deputado Coronel Tadeu a respeito do uso, pelos Governadores Estaduais, de recursos federais destinados ao combate à Covid-19.

FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 5º da Subemenda Substitutiva Global, apresentada à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

LEO DE BRITO (PT - AC) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 5º da Subemenda Substitutiva Global, apresentada à Medida Provisória nº 1.010, de 2020,



sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

ELIAS VAZ (PSB - GO) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 5º da Subemenda Substitutiva Global, apresentada à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

ALICE PORTUGAL (PCDOB - BA) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 5º da Subemenda Substitutiva Global, apresentada à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

JANDIRA FEGHALI (PCDOB - RJ) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 5º da Subemenda Substitutiva Global, apresentada à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 5º da Subemenda Substitutiva Global, apresentada à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 5º da Subemenda Substitutiva Global, apresentada à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.



LEO DE BRITO (PT - AC) - Encaminhamento da votação do requerimento de destaque para supressão do art. 6º da Subemenda Substitutiva Global, apresentada à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

CORONEL TADEU (PSL - SP) - Questionamento sobre a aplicação, pelos Governadores e Prefeitos Municipais, de recursos repassados pelo Governo Jair Bolsonaro para enfrentamento da crise gerada pela epidemia de coronavírus.

LEO DE BRITO (PT - AC) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 6º da Subemenda Substitutiva Global, apresentada à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Postura irresponsável do Presidente Jair Bolsonaro com relação ao enfrentamento da Covid-19.

TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 6º da Subemenda Substitutiva Global, apresentada à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

HILDO ROCHA (MDB - MA) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 6º da Subemenda Substitutiva Global, apresentada à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Aprovação de relatórios setoriais pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 6º da Subemenda Substitutiva Global, apresentada à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.



PERPÉTUA ALMEIDA (PCDOB - AC) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 6º da Subemenda Substitutiva Global, apresentada à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelo baixo índice de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

CAPITÃO WAGNER (PROS - CE) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 6º da Subemenda Substitutiva Global, apresentada à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Apoio ao manifesto de médicos cearenses em prol do combate à Covid-19.

JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 6º da Subemenda Substitutiva Global, apresentada à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002. Homologação parcial, pelo Supremo Tribunal Federal, do plano geral de enfrentamento à Covid-19, no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 709 da contenção do contágio e da mortalidade por Covid-19 entre a população indígena.

JANDIRA FEGHALI (PCDOB - RJ) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 6º da Subemenda Substitutiva Global, apresentada à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.

POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do art. 6º da Subemenda Substitutiva Global, apresentada à Medida Provisória nº 1.010, de 2020, sobre a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica referente aos últimos 30 dias, aos consumidores dos Municípios do Estado do Amapá abrangidos pelo estado de calamidade pública; e a alteração da Lei nº 10.438, de 2002.



SANDERSON (PSL - RS) - Congratulações ao Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, e sua equipe pelo avanço na vacinação contra da Covid-19.

JORGE SOLLA (PT - BA) - Aproximação da casa de 300 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Atribuição à política genocida do Presidente Jair Bolsonaro da responsabilidade pela maioria dos óbitos decorrentes da doença viral. Estupidez da prioridade governamental na economia em relação à vida. Repúdio à política de combate à Covid-19 adotada pelo Presidente da República, Insuficiência dos recursos para o novo auxílio emergencial, aprovados pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro contrário à aquisição de vacinas. Transformação do Brasil no epicentro da epidemia de coronavírus. Imediata imunização do povo brasileiro; efetivação do isolamento social e retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais. Defesa da abertura de processo de *impeachment* contra o Presidente Jair Bolsonaro.

ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP) - Homenagem póstuma ao ex-Deputado Federal Euclides Scalco. Colapso do sistema de saúde no Estado de São Paulo provocado pela Covid-19. Prioridade na vacinação em massa do povo brasileiro contra a doença. Votos de sucesso ao novo Ministro da Saúde.

ROMAN (PATRIOTA - PR) - Necrológio do Arcebispo Metropolitano de Cascavel, Estado do Paraná, D. Mauro Aparecido dos Santos, falecido em decorrência Covid-19. Trajetória da vida sacerdotal de Dom Mauro.

VERMELHO (PSD - PR) - Necrológio do ex-Deputado Federal Euclides Scalco. Trajetória política do ex-Parlamentar.

OTONI DE PAULA (PSC - RJ) - Protesto contra a determinação do Governador do Estado de São Paulo, João Doria, de fechamento de igrejas evangélicas diante da epidemia de coronavírus. Aposição, pelo gestor estadual, de veto ao projeto de lei sobre a inserção da religiosidade entre as medidas de tratamento de dependentes químicos.

JANDIRA FEGHALI (PCDOB - RJ) - Solidariedade ao povo brasileiro diante da epidemia de coronavírus. Congratulações aos profissionais da saúde atuantes na linha de frente de combate à doença viral. Atuação da Casa a favor do repasse de recursos aos Estados e Municípios para combate à Covid-19, e da criação do auxílio emergencial de 600 reais. Defesa de rejeição do Veto Total nº 36, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 1.826, de 2020, sobre o pagamento pela União de indenização financeira aos profissionais da saúde incapacitados ao trabalho em face da Covid-19. Prioridade dada pelo Governo Jair Bolsonaro à economia em detrimento da



vida. Não aquisição de vacinas pelo Governo Federal. Falta de oxigênio e leitos de UTIs nas unidades de saúde do País. Ineficácia do uso dos medicamentos hidroxicloroquina e ivermectina no tratamento precoce da Covid-19. Posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro contrário à concessão de auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes, e à liberação de recursos às pequenas e microempresas para enfrentamento da crise gerada pela epidemia de coronavírus. Prática de crimes de responsabilidade pelo Presidente da República. Defesa da aquisição de vacinas pelos Governadores e Prefeitos Municipais. Necessidade da abertura de CPI para investigação de omissões e responsabilidades do Governo Jair Bolsonaro no enfrentamento à epidemia de coronavírus.

AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Ajuizamento no Supremo Tribunal Federal, pelo PT e pela Rede, de ação direta de inconstitucionalidade do art. 5º da Emenda Constitucional nº 109, de 2021, a respeito das medidas de ajuste fiscal. Defesa restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais.

CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Posicionamento do orador contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Encaminhamento da votação do requerimento de retirada de pauta das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

HILDO ROCHA (MDB - MA) - Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural. Protesto contra a votação da propositura pela Casa, em detrimento da apreciação de matérias destinadas ao combate da Covid-19 e seus efeitos. Registro de 500 óbitos no Estado do Rio Grande do Sul, nas últimas 24 horas, provocados pela doença viral.

RODRIGO DE CASTRO (PSDB - MG) - Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

LEÔNIDAS CRISTINO (PDT - CE) - Inoportunidade da apreciação pela Casa das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do



estabelecimento do marco regulatório do gás natural. Defesa de discussão pela Casa da retomada do auxílio emergencial, e da vacinação em massa do povo brasileiro contra a Covid-19.

TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

DARCI DE MATOS (PSD - SC) - Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural. Necessidade de votação pela Casa de proposições destinadas à retomada do desenvolvimento econômico brasileiro.

CHRISTINO AUREO (PP - RJ) - Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

JOSÉ NELTO (PODE - GO) - Importância do Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural. Defesa da quebra do monopólio estatal do petróleo.

PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Contrariedade à aprovação do Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP) - Importância da votação das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

RENILDO CALHEIROS (PCDOB - PE) - Não apreciação pela Casa da medida provisória relativa à instituição do novo auxílio emergencial. Expectativa de redirecionamento da política de saúde adotada pelo Presidente Jair Bolsonaro, com vista ao enfrentamento da Covid-19. Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural.



ENRICO MISASI (PV - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

JANDIRA FEGHALI (PCDOB - RJ) - Prioridade da Casa na apreciação de propostas destinadas ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Inoportunidade de apreciação das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural. Prioridade da Casa no debate da retomada do auxílio emergencial e da imunização do povo brasileiro contra a Covid-19.

ENIO VERRI (PT - PR) - Homenagem ao empresário e jornalista Verdelírio Barbosa, ao ensejo do transcurso do 80º aniversário natalício, do Município de Maringá, Estado do Paraná. Comemoração do 30º aniversário de fundação do *Jornal do Povo*, sediado na municipalidade.

OTAVIO LEITE (PSDB - RJ) - Reunião de membros da Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas com Deficiência com representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, para debate da vacinação de portadores de necessidades especiais, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Contestação aos pronunciamentos de Deputados da Esquerda a respeito da aquisição da vacina Sputnik pelo Governo brasileiro.

MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) - Contestação aos pronunciamentos dos Deputados Jandira Feghali, Leônidas Cristino e outros Parlamentares da Esquerda, a respeito da responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro por mortes decorrentes da Covid-19. Convite a Deputados opositoristas para participação em grupo de trabalho, destinado à averiguação da aplicação, por Estados e Municípios, de vultosos recursos federais repassados aos entes para combate à epidemia de coronavírus.



LUIZ LIMA (PSL - RJ) - Repúdio aos discursos e declarações sobre a comparação do Presidente Jair Bolsonaro com genocidas.

HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Promoção de medidas de combate ao coronavírus pelo governo dos Estados Unidos da América. Registro de 1.800 mortes diárias no País decorrentes da Covid-19. Necessidade de apoio, pelo Presidente Jair Bolsonaro, às medidas sanitárias de prevenção da doença viral. Importância da vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus. Posicionamento do Presidente da República contrário à aquisição de vacinas de combate à Covid-19. Caos sanitário instalado no Brasil. Imediata votação pela Casa de proposta destinada ao restabelecimento do auxílio emergencial.

DARCI DE MATOS (PSD - SC) - Posicionamento do orador contrário à decretação de *lockdown* no País, como medida de contenção do avanço da epidemia de coronavírus.

TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Alcance da marca de 280 mil mortes no País provocadas pela Covid-19. Falta de vacinas e de leitos de UTIs no Brasil. Postura genocida do Presidente Jair Bolsonaro, no tocante ao enfrentamento da doença viral. Homenagem póstuma à Vereadora Marielle Franco, assassinada no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Avanço das milícias na política.

SILVIO COSTA FILHO (REPUBLICANOS - PE) - Relevância do Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural. Encaminhamento à Presidência e à Comissão de Minas e Energia de requerimento de convocação do Presidente da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, para esclarecimento à Casa das razões de reajustes nos preços de combustíveis e da desvalorização de ações da estatal.

NEUCIMAR FRAGA (PSD - ES) - Importância da votação pela Casa do Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

ALIEL MACHADO (PSB - PR) - Adoção pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, Estado do Paraná, de medidas destinadas à contenção do avanço da Covid-19. Colapso do sistema de saúde da municipalidade.

DANIELA DO WAGUINHO (MDB - RJ) - Expectativa de votação pelo Senado Federal do Projeto de Lei nº 3.047, de 2019, de autoria da oradora, sobre a instituição de 13 de março como o Dia Nacional de Luta contra a Endometriose, e a promoção da Semana Nacional de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose.



LAERCIO OLIVEIRA (PP - SE) - Emissão de parecer às Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Encaminhamento da votação do requerimento de adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Encaminhamento da votação do requerimento de adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

REGINALDO LOPES (PT - MG) - Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

JOAQUIM PASSARINHO (PSD - PA) - Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL) - Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

RODRIGO DE CASTRO (PSDB - MG) - Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

DANILO CABRAL (PSB - PE) - Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

LEÔNIDAS CRISTINO (PDT - CE) - Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural.



FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

CARLOS ZARATTINI (PT - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

ALICE PORTUGAL (PCDOB - BA) - Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

JANDIRA FEGHALI (PCDOB - RJ) - Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei nº 4.476, de 2020, (nº 6.407-B, de 2013, na Câmara dos Deputados), acerca do estabelecimento do marco regulatório do gás natural.

ZÉ SILVA (SOLIDARIEDAD - MG) - Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 46, de 2020, apostado ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, (Projeto Assis Carvalho), sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e a alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018. Defesa de rejeição do Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei nº 103, de 2007, do Senado Federal, (nº 1.481, 2007, na Câmara dos Deputados) e devolvido ao Senado Federal como Projeto de Lei nº 172, 2020), sobre a alteração das Leis de nºs 9.472, de 1997, e 9.998, de 2000, com vista à destinação dos recursos, à administração e os objetivos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST (conectividade rural). Solidariedade aos familiares das vítimas do coronavírus.



GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Defesa do tratamento precoce da Covid-19. Importância da imunidade, do autocuidado, das práticas integrativas e complementares como medidas preventivas da doença viral.

ENCERRAMENTO